



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000

Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

PROGRAMA DE EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO 2017/01

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

O Curso de Pós-graduação em Direito Penal e Processual Penal proporcionará a compreensão das noções e reflexões acerca das novas formas de criminalidade: seus conceitos, teorias e princípios, sob a perspectiva de sua fundamentação constitucional, de forma a propiciar discussões, debates e oportunidades de interpretação crítica sobre os temas abordados, bem como incentivar a pesquisa na área.

COORDENAÇÃO: Prof. Dr. Antônio Sérgio Cordeiro Piedade.

INÍCIO: 17 de março de 2017.

CARGA HORÁRIA: 360 horas/aula, dividida em 20 disciplinas e atividades extracurriculares.

APRESENTAÇÃO

A FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO – FESMP apresenta para o primeiro semestre de 2017 o curso de Pós Graduação Lato Sensu em Direito Penal e Processual Penal, com 20 módulos, comprometidos com as inovações, reformas e interpretações dos tribunais na área de especialização.

O corpo docente é distinguido pela reconhecida experiência e competência, formado por professores livre-docentes, doutores, mestres e profissionais de notório saber jurídico, em sua maioria, autores de obras jurídicas conceituadas.

Os cursos de Pós Graduação Lato Sensu da Fundação Escola capacitam o profissional para o exercício das diversas carreiras jurídicas, exercício do magistério e pesquisa, fortalecendo o preparo para concursos públicos.

Visando atender a crescente demanda, a FESMP/MT conta com novas instalações físicas, recursos tecnológicos redimensionados para atender o corpo discente de forma mais adequada e confortável.

O portal do aluno permite o acesso on-line de serviços da secretaria para a visualização e impressão de calendário, notas, frequências, extrato financeiro, avisos



específicos para as respectivas turmas e download de materiais disponibilizados pelos professores.

As salas são equipadas com sistema de áudio e vídeo, data-show, climatização, poltronas almofadadas, boa iluminação e com acesso para pessoa com deficiência.

A biblioteca possui acervo com obras relevantes para as áreas dos cursos de especialização estando informatizada e conta com salas para estudos individuais e em grupos.

PÚBLICO ALVO

Profissionais da área do direito e áreas afins, diplomados em cursos de graduação ou demais cursos superiores e que atendam as exigências das instituições.

DIFERENCIAL FESMP/MT

- Reconhecida tradição na capacitação da comunidade jurídica mato-grossense, retratada no desempenho profissional de vários ex-alunos;
- Qualidade dos cursos, sendo as aulas presenciais com professores doutores, pós-doutores e mestres, em sua grande maioria, com reconhecida experiência e competência;
- Biblioteca atualizada e informatizada à disposição dos alunos para empréstimo e consulta;
- Portal do aluno para acompanhamento acadêmico;
- Horário de aulas diferenciado: de 01 a 02 fins de semana/mês (conforme calendário), às sextas-feiras das 18:30h às 23:15h, sábados das 08:00h às 12:45h e das 14:00h às 18:45h;
- Computadores para acesso a internet e ambientes com rede sem fio de alta velocidade (wifi);
- Amplo estacionamento com vigia uniformizado;
- Respeito às regras de acessibilidade.



VALOR DO INVESTIMENTO

Taxa de matrícula: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

20 mensalidades de R\$495,00 (reais) ou

Pagamento a vista tem 10% de desconto;

Opções de pagamento: Boleto bancário, cartões de débito e crédito.

CRONOGRAMA DAS AULAS / MÓDULOS

1. AULA MAGNA

Aula no dia: 17/03/2017

Prof. Dr. Vicente Greco Filho

Possui Graduação (1966), Doutorado (1970), Livre Docência (1978) e Titularidade (1993) em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Atualmente é Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, membro da Procuradoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo e Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Penal, Tóxicos, Lei Antitóxicos, Direito Processual Penal e Direito Processual Civil.

1.1 CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL E VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Aula no dia: 18/03/2017

Profa. Dra. Alessandra Orcesi Pedro Greco

Doutorado em Direito Penal pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (2003), Mestrado em Direito Penal pela Universidade Mackenzie (1999), Especialização em Crime Organizado, Corrupção e Terrorismo pela Universidade de Salamanca. Professora Doutora na Universidade Pontifícia Católica de São Paulo PUC-SP, Professora da COGEAE da PUC-SP, Coordenadora e professora do Curso de Pós Graduação da Escola Paulista de Direito, Advogada Associada no escritório GRECO FILHO E ASSOCIADOS, em São Paulo, Ex Delegada de Polícia do Estado de São Paulo (1992-2003), Pesquisadora dos Grupos de Dignidade Humana e Estado Democrático de Direito, e do grupo de Vitimologia, ambos ligados à PUC-SP. Principais linhas de pesquisa: Imputação Objetiva, Vitimologia, e Terrorismo.

2. FUNDAMENTAÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO PENAL

Aulas nos dias: 31/03 e 01/04/2017

Prof. Dr. Antônio Carlos da Ponte

Doutor e Mestre em Direito Processual Penal. Procurador de Justiça. Livre Docente em Direito Penal pela PUC-SP. Professor dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da PUC-SP e da Instituição Toledo de Ensino (ITE - Bauru). Autor dos livros "Falso Testemunho no Processo", ed. Atlas; "Crimes Eleitorais", ed. Saraiva; e "Inimputabilidade e Processo Penal", ed. Saraiva.



3. FUNCIONALISMO PENAL E DIREITO PENAL DO INIMIGO

Moral x Direito. Visão sociológica da sociedade contemporânea. Velocidades do direito penal. Direito penal do risco. A política criminal orientada pelas consequências. Escolas funcionalistas. Novas formas de criminalidade. Direito penal do inimigo: características, construção teórica, críticas e legitimidade.

Aulas nos dias: 07 e 08/04/2017

Prof. Dr. Alexandre Rocha Almeida de Moraes

Mestre e Doutor em Direito Penal pela PUC/SP. 2º Promotor do I Tribunal do Júri de São Paulo. Professor de Direito Penal da graduação da FAAT/Atibaia e da PUC/SP. Professor de Pós Graduação da Faculdade Damásio, Toledo/Presidente Prudente e PUC/COGEAE e Coordenador da Pós Graduação em Direito Penal da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo.

4. DIREITO PENAL E NOVAS FORMAS DE CRIMINALIDADE

Direito penal do inimigo. Sociedades de risco. Crimes de perigo abstrato. Controle de armas de fogo – Lei nº 10826; **2.** Direitos e garantias fundamentais nos estados democráticos de direito; Novas formas de violências nos estados contemporâneos e as consequências das políticas públicas sobre execução penal no Brasil: Broken Windows theory, tolerância zero, regras de ‘Tóquio’. Falência da pena de prisão e a prisão domiciliar. Impunidade; **3.** Tráfico de pessoas Lei 13.344/2016, e concurso com os crimes de:- escravidão de pessoas – art. 149 do Código Penal, - estupro, prostituição e exploração sexual, - adoção ilegal do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Código Penal, - transplante ilegal de órgãos e tecidos (Lei nº 9.434/97); **4.** Lavagem de capitais: função do COAF; teoria da cegueira deliberada (*willful blindness doctrine*); (AP470 STF) características, distinções, *criminal compliance* e a sanção administrativa da Lei nº 9.613; **5.** Crimes tributários – jurisprudência do STF e extinção da punibilidade, denúncias genéricas e garantias processuais penais; **6.** Tráfico de drogas e o problema do proibicionismo. Perdimento de bens; **7.** Milícias, associação criminosa, organização criminosa, associação para o tráfico, lei dos crimes hediondos. **8.** Pornografia infantil/adolescente (Estatuto da Criança e do Adolescente), distinções entre ‘pedofilia’ e estupro de vulnerável; **9.** Assédio moral nas empresas e no serviço público e sua tipicidade penal; **10.** Crimes de trânsito – racha, embriaguez, homicídio culposo/doloso na direção de veículo automotor; **11.** Terrorismo no Contexto Brasileiro - LEI Nº 13.260/2016; **12.** Corrupção: necessidade de eficiência na punição (Delação como instrumento de apuração de crime)

Aulas nos dias: 05 e 06/05/2017

Prof. Msc. Gilberto Thums

Mestre e especialista em ciências criminais pela PUCRS, graduado pela UFRJ em 1982, procurador de justiça do MP-RS deste 1993, professor universitário desde 1990, atualmente leciona a disciplina de Direito Penal III (crimes em espécie) e IV (leis penais especiais) na Faculdade da FMP, professor convidado nas Escolas da AJURIS e ESMAFE, palestrante em eventos jurídicos, autor de livros (Sistemas Processuais Penais – tempo, tecnologia, dromologia e garantismo; Estatuto do Desarmamento – fronteiras entre racionalidade e razoabilidade; Nova Lei de Drogas – crimes, investigação e processo; Código Penal Anotado – abordagem objetiva) autor de vários artigos.



5. TIPICIDADE E IMPUTAÇÃO OBJETIVA

Aulas nos dias: 19 e 20/05/2017

Prof. Dr. André Estefam Araújo Lima

Doutor (2016) e Mestre em Direito Penal pela PUC-SP (2008). Professor dos Cursos de Pós-Graduação "lato sensu" da Faculdade de Direito Damásio de Jesus. Professor convidado do Curso de Pós-Graduação "lato sensu" da PUC-SP (COGEAE) e na Pós-Graduação "Lato Sensu" do Centro Universitário Antônio Eufrásio Toledo - Presidente Prudente (SP).

6. RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO

Aulas nos dias: 02 e 03/06/2017

Prof. Dr. Christiano Jorge Santos

Possui graduação na Faculdade de Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (1991), mestrado em Direito das Relações Sociais (direito penal) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (1999) e doutorado em Direito (direito penal) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCSP (2008). Concluiu o curso de "Administração e Gestão em Segurança Pública" na Universidade de São Paulo - USP (2005/2006). Foi coordenador dos cursos de pós-graduação da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo (CEAF-ESMP) de dezembro de 2009 a agosto de 2010. Atualmente (biênio 2015/2017) é chefe do Dpto de Direito Penal e Direito Processual Penal da Fac. de Direito da PUC-SP, onde leciona na graduação e nos cursos de pós-graduação "stricto sensu" (mestrado e doutorado). Professor de direito penal e de direito processual penal em diversos cursos de pós-graduação "lato sensu" (PUCSP, ESMP, EPM e Fac. Damásio de Jesus). Possui atuação destacada na luta pela igualdade (combate ao racismo, à discriminação e ao preconceito) e é uma das maiores autoridades brasileiras sobre o tema na área jurídica, sendo autor de obra referência, "Crimes de Preconceito e de Discriminação", citada em diversos trabalhos e julgados, inclusive pelo Supremo Tribunal Federal. Promotor de Justiça no estado de São Paulo. Autor de obras e artigos jurídicos. Co-coordenador da Comissão do Ministério Público do Estado de São Paulo de acompanhamento do PLS 236/2012 (Projeto do novo Código Penal).

7. TEORIA GERAL DO CRIME

Aulas nos dias: 23 e 24/06/2017

Prof. Dr. Rogério Sanches Cunha

Promotor de Justiça no Estado de São Paulo. Professor da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo. Professor de Penal e Processo Penal do Complexo de Ensino Renato Saraiva (CERS). Autor de livros e artigos jurídicos.

8. CRIMES DIGITAIS

Histórico, Conceito, Classificação, Bem Jurídico Tutelado, Sujeitos Ativos e Passivos, Conceito de Ciberespaço e novos critérios de tempo e espaço. Crimes em espécie: crimes contra a propriedade intelectual; racismo e discriminação; crimes contra a honra; crimes de invasão de dispositivo informático; Cyberbullying e Cyberstalking. Determinação de Jurisdição e competência e cooperação jurídica internacional em crimes digitais: Lei penal no espaço. Local do crime. Delegacias e núcleos especializados na prevenção e repressão de crimes digitais. Informatização Processual, Provas Digitais e a Segurança da Informação: Perícia especializada. Marco Civil da Internet e seus reflexos na persecução criminal.

Aulas nos dias: 14 e 15/07/2017



Prof. Dr. Augusto Eduardo de Souza Rossini

Doutor e mestre em Direito Penal (PUC-SP), Pós-doutor pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Secretário Geral da Administração da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP) desde outubro/2015 e também Coordenador do NAE Núcleo de Avaliação Estratégica da ALESP desde novembro/2015. Membro de delegações do Brasil na ONU (Genebra, Suíça - maio/12) e na OEA (Washington, EUA - novembro/12). Promotor de Justiça desde 1989. Membro da Comissão Especial de Juristas com a finalidade de realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais (Ato do Presidente n. 23/13) e também membro da Comissão Especial de Juristas criada em 2002 pelo Ministério da Justiça para reavaliação da Lei n.º 9.099/95. Palestrante. Professor permanente no curso de Mestrado em Direito da Sociedade da Informação e na Graduação das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU) de fevereiro/2009 a agosto/2015. Atividade docente em diversas instituições, nas disciplinas de Direito Penal, Direito Processual Penal e Direito Constitucional e como convidado da Escola Superior da Magistratura, da Escola Superior da Advocacia, da Escola Superior de Polícia e da Associação dos Advogados do Brasil. Autor de obras e artigos jurídicos. Vencedor do IV Prêmio Inovare com a prática denominada Promotoria Comunitária.

9. INDIVIDUALIZAÇÃO E APLICAÇÃO DA PENA

Individualização da pena: cominação, aplicação e execução. Aplicação da pena: circunstâncias judiciais, agravantes e atenuantes – concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes: as circunstâncias preponderantes. Causas especiais de aumento e diminuição da pena e concurso de ambas. No concurso de crimes: formal, material e continuidade delitiva. Cálculo da pena.

Aulas nos dias: 28 e 29/07/2017

Prof. Dr. Antônio Sérgio Cordeiro Piedade

Graduado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1995). Doutor em Direito Penal pela PUC/SP (2013). Mestre em Direito Penal pela PUC/SP (2009). Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso desde 1997, com atuação no Tribunal do Júri de Cuiabá- MT. Coordenador do Núcleo de Ações de Competência Originária (NACO) do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Professor da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso, aprovado em concurso de provas e títulos (2014). Professor do Programa de Mestrado em Direito Agroambiental da UFMT. Membro do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos - CEP - Humanidades (UFMT). Foi professor da Universidade do Estado de Mato Grosso lecionando a disciplina de Direito Processual Penal em 2004 e 2005. Professor da Escola da Magistratura Matogrossense (EMAM). Membro do Conselho Técnico Científico da Revista Argumenta, publicada pelo Programa de Mestrado em Ciência Jurídica da Universidade do Norte do Paraná. Membro do Conselho Editorial da Revista Jurídica do Ministério Público de Mato Grosso (2006/2008). Parecerista da Revista Direitos, Trabalho e Política Social (2015) dos Programas de Pós-Graduação em Política Social e em Direito Agroambiental da UFMT. Membro do Conselho de Orientação Editorial da Revista de Direito Civil Contemporâneo (RDCC), editada pela ThomsonReuters-Revista dos Tribunais. Parecerista da Revista de Informação Legislativa do Senado Federal (RIL). Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Penal e Processual Penal.



10. CRIMES MULTITUDINÁRIOS

A era da tecnologia trouxe inovações e possibilidades de comunicação nunca antes pensadas, as quais, se de um lado representam significativos avanços nos modos de interação humana e de difusão do pensamento, por outro fazem irromper múltiplas possibilidades de formações multitudinárias desregradadas e de difícil controle por parte das autoridades constituídas de modo a fragilizar o complexo normativo voltado à tutela de bens individuais fundamentais. Nessa ordem de ideias, o curso busca levantar subsídios para equação, afora tantas outras dificuldades encontradas no palco das multidões, de duas questões principais: 1) a inclusão do crime multitudinário como forma *sui generis* de concurso de pessoas; e 2) as dificuldades relacionadas à culpabilidade em razão das conclusões gerais encadeadas pelos psicológicos das massas, sem prejuízo de comparativo dos delitos multitudinários com fenômenos criminais análogos, como a rixa e os delitos de associação, e de breve apontamento quanto à perspectiva de tutela penal de emergência em tema de multidões.

Aulas nos dias: 04 e 05/08/2017

Prof. Msc. Márcio Augusto Friggi de Carvalho

6º Promotor de Justiça do II Tribunal do Júri de São Paulo. Mestre em Direito Penal e Doutorando em Direito Processual Penal pela PUC/SP. Extensão universitária em Direito Penal e Processual Penal pela Georg-August Universität, Göttingen, Alemanha. Professor de Direito Penal dos programas de graduação e pós-graduação da PUC/SP. Professor de Direito Penal do curso de pós-graduação da rede DAMÁSIO. Palestrante convidado de diversas Escolas do Ministério Público do Brasil. Atuou em centenas de julgamentos pelo Tribunal do Júri, destacando-se trabalhos em casos de repercussão nacional e internacional, como o homicídio do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel e o Massacre do Carandiru.

11. COMPLIANCE E DIREITO PENAL

Aulas nos dias: 18 e 19/08/2017

Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa

Possui doutorado em Direito pela PUC-SP Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010), Pós Doutorado em Direito pela Universidade de Coimbra - Portugal (em andamento) mestrado em Direito pela PUC-SP (2002), mestrado em Administração pelo Centro Universitário Ibero Americano UNIBERO (2001) graduação em Direito pela Universidade Paulista UNIP (1996), graduação em Matemática pela Universidade Guarulhos UNG (1981), Especialização em Administração Financeira pela Alvaro Penteado, Especialização em Mercados Futuros pela BMF - USP, Especialização em Formação Profissional na Alemanha. Avaliador de curso e institucional pelo INEP ? MEC. Atualmente é advogado responsável - Segpraxis Advocacia, professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná UENP no mestrado e graduação. Foi Diretor Superintendente de Planejamento e Controles do Banco Antonio de Queiroz e Banco Crefisul, Membro do Conselho Fiscal e Diretor do Curso de Direito da Universidade Ibirapuera UNIB, Coordenador do Curso de Direito da Faculdade Anchieta de SBC. Atualmente é Vice Presidente da Comissão de Ensino Jurídico, Vice Presidente da Comissão de Estágio (triênio 2013 a 2015) e membro efetivo da Comissão de Direito e Liberdade Religiosa da OAB-SP todas estaduais. Tem experiência na área de Direito atuando principalmente nos seguintes temas: direito, educação, ensino, direito Constitucional, direito Administrativo, direito do Trabalho, direito Empresarial, administração, finanças, seguros, gestão e avaliação



12. DIREITO PENAL INTERNACIONAL: JURISDIÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL

Aulas nos dias: 01 e 02/09/2017

Prof. Dr. Valério de Oliveira Mazzuoli

Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade Clássica de Lisboa, sob a orientação do Professor Catedrático Jorge Miranda (2011). Doutor em Direito Internacional pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Mestre em Direito pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Graduado em Direito pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente (2001). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), aprovado no concurso público de provas e títulos de ingresso na carreira (2008). Fundador e primeiro coordenador do Programa de Mestrado em Direito Agroambiental da UFMT. Professor do Programa de Mestrado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna-MG. Professor convidado dos cursos de especialização da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Estadual de Londrina. Consultor jurídico internacional, conferencista e parecerista. Foi coordenador jurídico da Revista de Derecho Internacional y del Mercosur (Editora La Ley, Buenos Aires) e consultor da Universidade da Flórida (EUA) em Direito Internacional do Meio Ambiente no programa 'Iniciativa para Liderança da Conservação Amazônica no Brasil'. Possui vários livros jurídicos publicados, com destaque para as áreas do Direito Internacional Público e dos Direitos Humanos.

13. AÇÃO PENAL, JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

Processo penal e Constituição Federal. Ação Penal e alternativas processuais simplificadoras. Princípio da obrigatoriedade e princípio da oportunidade. Ação penal e justiça negociada. Condições da ação e pressupostos processuais. Tutela constitucional da jurisdição. Jurisdição nacional, estrangeira e internacional. Cooperação jurídica internacional. Concurso de jurisdições. Poder judiciário e investigação criminal. Competência e o sistema de nulidades. Competência por prerrogativa de função e os critérios de prevalência de foro. Crimes cibernéticos e juiz natural.

Aulas nos dias: 15 e 16/09/2017

Prof. Dr. Fábio Ramazzini Bechara

Doutor em Direito Processual Penal pela Universidade de São Paulo (2010). Mestre em Direito Processual Penal pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003). Pesquisador Visitante do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (2016). Formação Complementar pela Escola Diplomática de Madri/Espanha (2005). Professor dos Programas de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Professor do programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Membro do GACINT - Grupo de Análise de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo. Professor da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo. Professor do Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - Ministério da Justiça, desde 2010. Promotor de Justiça no Estado de São Paulo.

14. PRINCÍPIOS GERAIS E CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO PENAL

Aulas nos dias: 29 e 30/09/2017

Prof. Dr. Pedro Henrique Demercian



Doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor Concursado Assistente-Doutor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Concursado Assistente-Doutor no Programa de Pós-graduação stricto sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na sub-área de Processo Penal, Professor no Curso de Pós-graduação lato sensu da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (COGEAE), Professor no Curso de pós-graduação lato-sensu da Escola Superior do Ministério Público e Procurador de Justiça Criminal no Ministério Público do Estado de São Paulo. Assessor da Procuradoria-geral de Justiça de São Paulo no Setor de Recursos Extraordinários e Especiais Criminais. É Coordenador dos Grupos de Estudos e Cursos de Extensão do Departamento de Penal, Processo Penal e Medicina Legal da PUC/SP.

15. TEORIA DAS PROVAS E DAS NULIDADES

Teoria geral das Provas. Provas em Espécies. Nulidades.

Aulas nos dias: 06 e 07/10/2017

Prof. Dr. Eduardo Augusto Salomão Cambi

Promotor de Justiça no Estado do Paraná. Assessor da Procuradoria Geral de Justiça do Paraná. Coordenador do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) do Ministério Público do Estado do Paraná. Membro colaborador da Comissão de Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Integrante do Grupo de Trabalho da Educação da CDDF do CNMP. Coordenador nacional do Projeto João Cidadão de Educação em Direitos Humanos. Coordenador estadual do Movimento Paraná Sem Corrupção. Coordenador Estadual da Comissão de Prevenção e Controle Social da Rede de Controle da Gestão Pública do Paraná. Pós-doutor em direito pela Università degli Studi di Pavia. Doutor e mestre em Direito pela UFPR. Professor da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) e da Universidade Paranaense (UNIPAR). Diretor financeiro da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná (FEMPAR). Diretor de Pesquisa do Instituto Paranaense de Direito Processual. Foi assessor de Pesquisa e Política Institucional da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça (2012-2014). Foi Coordenador do Grupo de Trabalho de Combate à Corrupção, Transparência e Controle Social da Comissão de Direitos Fundamentais (CDDF) do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Pesquisador dos seguintes temas: Direitos fundamentais, Jurisdição constitucional, Ministério Público, Novo Código de Processo Civil, Provas, Cidadania e Educação em Direitos Humanos.

16. TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Aulas nos dias: 20 e 21/10/2017

Prof. Dr. Gianpaolo Poggio Smanio

Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1986), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2000). Atualmente é livre da Escola Superior do Ministério Público do Estado de São Paulo e professor adjunto da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: direito penal, responsabilidade penal, juizado especial criminal, interesses difusos.



17. METODOLOGIA DA PESQUISA JURÍDICA

A Ciência do Direito e a Pesquisa Científica. O Pensamento Jurídico-Científico: sua influência na pesquisa em Direito. Os métodos da pesquisa jurídica. O Trabalho Científico. Os Objetivos da Pesquisa. Processo de Pesquisa. Projeto de Pesquisa. Normas Técnicas aplicáveis aos Trabalhos Científicos. Publicações Científicas.

Aulas nos dias: 10 e 11/11/2017

Profa. Dra. Jussara Suzi Assis Borges Nasser Ferreira

Doutora em Direito das Relações Sociais pela PUC/SP. Advogada. Professora dos Cursos de Especialização em Direito da FESMP/MT. Professora Permanente dos Programas de Mestrado em Direito da Universidade Paranaense – UNIPAR, Universidade de Marília – UNIMAR. Professora Colaboradora do Programa de Mestrado em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina. Autora de obras e artigos jurídicos.

18. CONTROLE JUDICIAL DA SEGURANÇA PÚBLICA

Segurança pública. Funções. Finalidade. Órgãos policiais do sistema. Atividades. Interesse difuso e direito à segurança pública. Atuação do Ministério Público. Controle jurisdicional de política pública. Obstáculos: interdependência, harmonia e separação de poderes, discricionariedade e ato vinculado. Eficiência e limites da atuação jurisdicional. Ação civil pública: pedido, decisão e limitação de provimento jurisdicional.

Aulas nos dias: 24 e 25/11/2017

Prof. Dr. Valter Foleto Santin

Professor dos programas de Mestrado e Doutorado da Universidade Estadual do Norte do Paraná (Campus Jacarezinho, Paraná, Brasil). Doutor em Direito (USP - Universidade de São Paulo, Brasil) e pós-doutor pelo programa de Pós-doutoramento em Democracia e Direitos Humanos, no Ius Gentium Conimbrigae, Centro de Direitos Humanos, sediado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (Portugal). Líder do Grupo de pesquisa Políticas públicas e efetivação dos direitos sociais (UENP). Promotor de Justiça em São Paulo. Atualmente é professor convidado da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e da Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Processual Civil e Direito Processual Penal, atuando principalmente nos seguintes temas: investigação criminal, Ministério Público, crime econômico, políticas públicas e efetivação dos direitos sociais, Direitos Difusos e Coletivos, acesso à justiça e Direitos Humanos.

19. SISTEMAS PROCESSUAIS PENAIS

Análise dos conceitos dos sistemas acusatório, inquisitivo e misto apresentados pela doutrina e jurisprudência, fazendo-se um confronto com os documentos que verdadeiramente criaram e regulamentaram tais sistemas ao longo da história. Esse confronto nos permitirá observar que não há unanimidade em torno da definição dos sistemas acusatório, inquisitivo e misto, e que os conceitos atualmente apresentados não se ajustam à forma como tais sistemas se manifestaram originalmente.

Aulas nos dias: 02 e 03/02/2018

Prof. Dr. Mauro Fonseca Andrade

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1990), Especialista em Direito Processual Penal pela FMP/RS (1998) e Doutor em Direito Processual Penal pela Universitat de Barcelona (2005), cuja tese "Sistemas Procesales Penales" recebeu a nota máxima e voto de louvor - "cum laude" - por unanimidade. É Professor Adjunto da



FUNDAÇÃO ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO

Dedaração de Utilidade Pública Municipal - Lei n.º 3.967/2000

Dedaração de Utilidade Pública Estadual - Lei n.º 7.392/2001

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Também é professor Titular da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação em sentido estrito (Mestrado em Direito), onde faz parte de seu corpo permanente de docentes. É Promotor de Justiça na Comarca de Porto Alegre/RS, onde atuou como Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público/RS.

20. CRIMINALIDADE ORGANIZADA

Aulas nos dias: 16 e 17/02/2018

Prof. Dr. Cleber Rogério Masson

Promotor de Justiça em São Paulo. Foi assessor da Procuradoria Geral de Justiça e Diretor da APMP - Associação Paulista do Ministério Público, eleito pela classe para o biênio 2004-2006. Bacharel e Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. Professor de Direito Penal na Rede de Ensino LFG, na Escola Superior do Ministério Público de São Paulo e na Pós Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.